



Município do Tarrafal

CAMARA MUNICIPAL DO TARRAFAL

CONTA DE GERÊNCIA DE 2008

RELATÓRIO

1- ENQUADRAMENTO

O ano económico de 2008, ora findo, foi, à semelhança do ano de 2007, marcado por uma gestão rigorosa das finanças públicas municipais, consubstanciada na contenção, na hierarquização e na selecção qualitativa das despesas, dando prioridade aquelas que maior impacto induzem na melhoria da condição de vida dos munícipes.

Por imperativo de ordem legal, constitui dever da Câmara Municipal submeter à Assembleia Municipal, a conta de gerência, acompanhada do presente relatório, com o objectivo de explicar e justificar os resultados da Gerência, conforme o apuramento que se faz de acordo com as normas da Contabilidade Pública Municipal vigentes, insertas nos artigos 54º a 61º da Lei nº 79/IV/2005, de 5 de Setembro, conjugados com o Decreto-Lei nº 47/80, de 26 de Junho.

A conta de gerência de 2008 está sendo apresentada com um atraso considerável devido a problemas de ordem informático que ultrapassam as competências e capacidades desta Câmara Municipal. Efectivamente, a implementação do sistema de informação municipal, com arranque efectivo no ano económico de 2008 apresentou vários problemas que vieram a ser detectados na altura de encerramento do ano. A intervenção dos técnicos do Núcleo Operacional da Sociedade de Informações foi mais lenta do que aquilo que se esperava para ajudar a superar os problemas constatados, razão que motivou todo este atraso na apresentação da Conta de Gerência.

Durante a gerência, teve-se que proceder a alterações orçamentais, para ajustar as dotações orçamentais à dinâmica da execução orçamental.

No que concerne às despesas, houve duas alterações orçamentais por deliberação da Câmara Municipal e uma por deliberação da Assembleia Municipal. Na primeira alteração orçamental feita pela Câmara Municipal, houve anulação de um total de 34.198.104\$00 para o reforço de rubricas em igual valor. As anulações e os reforços são iguais, capítulo a capítulo. A Assembleia Municipal procedeu, por sua vez, a uma alteração orçamental, anulando e reforçando verbas em valor igual a 34.198.104\$00, resultando uma diferença de dotação orçamental de alguns capítulos, em relação ao orçamento inicial. A Câmara Municipal teve que proceder a uma segunda alteração orçamental, procedendo a anulações e reforços de verba num total de 9.939.426\$00.

No que tange às receitas, regista-se uma alteração referente à inscrição do montante de 20.672.706\$00, resultante de um empréstimo junto do Banco Interatlântico, cuja autorização foi concedida pela Assembleia Municipal em 2007 para um empréstimo de 125.000.000\$00. Tendo em conta o montante elevado do empréstimo, a Câmara Municipal

negociou um processo de desembolso, consoante as necessidades, acabando por não se precisar de todo o montante em 2007. Não tendo sido previsto no orçamento qualquer empréstimo, veio a constatar-se a necessidade de inscrever os 20.672.706\$00 que foram desembolsados em 2008, tendo sido reduzido as receitas previstas na venda de terrenos em igual montante por se ter ficado aquém da previsão orçamental.

2 - Resultados da Gerência

2.1 –Receitas

O Modelo 2-M aponta para um total de receitas registado, na ordem dos 509.314.708\$00. Se deduzirmos deste montante as receitas das contas de ordem e dos Fundos extra-municipais, obteremos um total de 439.439.264\$00 de receitas municipais, conforme atesta o modelo 3-M, superando, deste modo, a previsão orçamental em 75.682.336\$00(-), motivado pelo facto de se ter que inscrever a totalidade dos depósitos em Banco, como saldo orçamental, quando no orçamento se fez constar apenas o valor de 21.653.203\$00, para esta rubrica orçamental.

Da análise do modelo 3-M, conclui-se que as receitas municipais arrecadadas durante o exercício económico atingiram o montante de 315.142.240\$00 (Trezentos e quinze milhões, cento e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta escudos). Resulta, assim, que no total das receitas municipais registadas (439.439.264\$00), vem incluso um saldo orçamental de receitas municipais da gerência anterior no valor de 124.297.024\$00.

De salientar que as receitas relativas a Taxa Social Única, previstas no orçamento como sendo contas de ordem, na expectativa de que o processo de inscrição dos funcionários e agentes municipais no sistema do INPS seria concluído ainda no decorrer de 2008, o que acabou por não acontecer, implicou que as referidas receitas acabaram por ser municipais e passaram, assim, a figurar nas receitas correntes.

Ao comparar as receitas arrecadadas (315.142.240\$00) com a previsão orçamental, exceptuando as contas de ordem, (342.103.725\$00), a cobrança de receitas ficou aquém da previsão em 26.961.485\$00 (vinte e seis milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco escudos). Em termos relativos, utilizando os mesmos termos de comparação, o total das receitas arrecadadas ficou aquém da previsão orçamental em 7,9%, como se pode verificar através dos Modelo 3-M, anexo.

As receitas municipais arrecadadas (315.142.240\$00), em relação às do ano anterior (514.211.796\$70), revelam uma diminuição na ordem dos 38,7%, como se pode constatar, quando comparados os dados relativos aos dois últimos anos.

Numa análise mais detalhada, constata-se que as receitas correntes quase que se mantiveram em relação às de 2007, registando, em termos relativos, uma ligeira diminuição de 1,9%, o que em valor absoluto equivale a 6.167.457\$00.

No concernente às despesas de capital, transferindo para esta categoria de receitas, de acordo com o novo classificador das despesas públicas, o saldo orçamental que, em 2007, ainda se classificava como receitas correntes e excluindo as receitas relacionadas com venda de terrenos, de habitação, de maquinaria e equipamentos, de veículos, sendo que estes passaram a ser classificados como transacções sobre activos não financeiros, constata-se que esta categoria de receitas sofreu uma diminuição mais acentuada na ordem dos

25,7%, o que, em termos absolutos, traduz-se numa queda de receitas de 43.977.139\$00. Este facto explica-se pela redução do saldo orçamental que passou de 171.000.917\$00 para 124.297.024\$00.

Na categoria das receitas relativas a Transacções sobre Activos Financeiros e não Financeiros, uma nomenclatura que no classificador anterior não existia e onde passam a figurar as receitas relativas à alienação de terrenos, maquinaria e equipamentos, edifícios, veículos e passivos financeiros, constata-se uma redução global das receitas na ordem dos 44.809.016\$00, que, em termos relativos representa uma quebra de receitas na ordem dos 24%. Todavia, convém estabelecer aqui uma nuance, pois, esta categoria de receitas se compõe basicamente de receitas provenientes de alienação de lotes de terrenos para construção e de produto do empréstimo. Quanto às receitas provenientes de alienação de lotes de terrenos, principal rubrica de receitas nesta categoria de receitas, constata-se uma progressão de receitas, em valor absoluto, de 23.938.680\$00 que, em termos percentuais, representa uma progressão de 24,3%. A contracção desta categoria de receitas explica-se pelo facto de que da autorização para a contratação do empréstimo obtida da Assembleia Municipal em 2007, 87.708.640\$00 foram utilizados ainda no decorrer desse mesmo ano e que, em 2008, apenas 20.672.706\$00 foram utilizados, prescindindo a Câmara Municipal da utilização do remanescente para evitar sobrecarga da Tesouraria na amortização do empréstimo.

2.2 - Despesas

2.2.1 - No concernente às despesas pagas, da leitura ao modelo nº 2-M, apura-se que estas se elevaram a 339.168.153\$00 (trezentos e trinta e nove milhões, cento e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e três escudos). Do total das despesas pagas, o montante de 308.402.095\$00 concerne a despesas municipais; 24.974.669\$00 são despesas extra-municipais e 5.791.389\$00 tratam-se de descontos transferidos. Da confrontação do total das despesas pagas com o total das receitas registadas (receitas do exercício acrescidas do saldo da gerência anterior), resulta um saldo que transita para a gerência seguinte, no valor de 170.146.55\$00 (Cento e setenta milhões, cento e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco mil escudos. Este saldo se decompõe em saldo de receitas municipais no valor de 133.133.672\$00 e saldo de receitas extra-municipais no valor de 37.012.883\$00.

Analisando o modelo nº 4-M, constata-se que em relação à previsão orçamental, excluindo as contas de ordem (361.887.488\$00), o valor das despesas pagas (308.402.055\$00) ficou aquém das previsões em 14,78%, o que em termos absolutos equivale a 53.485.393\$00.

2.2.2 - Da comparação entre os dados de 2008 e de 2007, depreende-se que as despesas municipais da presente gerência (308.402.095\$00), ficaram aquém das despesas realizadas na gerência precedente (393.850.673\$00) em 85.448.578\$00, o que em termos relativos traduz-se numa contracção das despesas em 21,7%. A redução das despesas ocorreu tanto nas despesas correntes como nas de capital, embora seja mais acentuada nesta última categoria de despesas.

2.2.3 - Nas despesas correntes, passou-se de um montante de 218.282.887\$00 em 2007 para 212.145.188\$00, em 2008, o que revela uma contracção desta categoria de despesas em 3%, o que em termos absolutos representa 6.137.699\$00. Os capítulos onde se constata uma redução das despesas em relação a 2007 são: Assembleia Municipal 51,8% em termos relativos, 1.214.020\$00 em termos absoluto; Câmara Municipal, 5,8% em termos relativos, 2.819.520\$00 em termos absoluto; Despesas Comuns, 45% em valor relativo e

19.508.137\$00 em valor absoluto. Nos restantes capítulos a tendência das despesas continua sendo crescente: Secretaria Municipal revela um crescimento relativo de 20%, o que representa em valor absoluto 6.085.958\$00; Direcção de Estudos e Políticas de Desenvolvimento, com 4,9% de aumento, correspondendo em valor absoluto a 2.616405\$00; Delegação Municipal de Chão Bom, onde se constata o maior aumento em termos relativos, com 93%, equivalendo-se a 7.252.810\$00 em montante absoluto.

2.2.4 - Nas despesas de capital a redução atinge os 45%, facto que se explica basicamente por motivos de duas ordem: um primeiro que tem a ver com o facto de ser uma gerência que coincide com um ano eleitoral e, um segundo, que se explica pela queda na entrada de receitas. A contracção dos investimentos afectou sobretudo o desenrolar dos projectos de: urbanização e calçetamento, estádio municipal, construção de equipamentos colectivos nas zonas rurais e de adução e abastecimento de água.

2.2.5 - Numa análise estrutural das despesas, ressalta que as despesas correntes passaram de 218.282.888\$00, em 2007 para 211.563.888\$00 em 2008. O peso relativo no total das despesas passou de 55% para 69%, excluindo as contas de ordem. Do mesmo prisma de análise, constata-se que as despesas de capital reduziram de 175.567.786\$00 em 2007 para 96.838.213\$00 em 2008. Quando comparado com o total das despesas, exceptuando as contas de ordem, os investimentos que representavam 44,5% do total das despesas realizadas, passaram a 31,40% em 2008. Todavia, se considerarmos as despesas dos anos económicos findos que são essencialmente despesas de investimentos, estas elevar-se-ão para 37,51%, enquanto as despesas correntes reduzir-se-ão para 62,99%.

Quanto às despesas com o pessoal, o peso relativo do mesmo no computo das despesas realizadas, excluindo as contas de ordem, passa de 23,8% em 2007, para 33, 42% em 2008. Em termos absolutos estas despesas passaram de 93.870.212\$00, para 103.063.235\$00. Esta evolução se deve essencialmente à abertura das Frentes de Trabalho, para minimizar as dificuldades sócioeconomicas das famílias em consequência de um resultado de ano agrícola bastante deficitário e, também, por aumento substancial de salário, 10%, concedido ao pessoal não enquadrado no Plano de Cargos Carreiras e Salários da Administração Pública, no sentido de se evoluíram para o salário mínimo praticado na Administração pública.

São estas as considerações que se julgam serem pertinentes a fazer em relação à gerência de 2008.

Câmara Municipal do Tarrafal, 08 de Julho de 2009. -

O Presidente da Câmara Municipal

/Dr. João Domingos de Barros Correia/